

ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, REALIZADA NO DIA QUATORZE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE ÀS DEZENOVE HORAS.

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, sob a Presidência do Senhor Vereador **Antônio Delomodarme**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, e presentes os demais membros da Mesa Diretora: Vice-Presidente, Vereador **Marco Antônio Parolim de Carvalho**; Primeiro Secretário, Vereador **Luiz Gustavo Pimenta**; Segundo Secretário, Vereador **Luiz Antônio Ribeiro** e com a presença dos Senhores Vereadores **Fernando Roberto da Silva, Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, João Batista Dias Magalhães, José Elias Moraes e Luiz Antônio Moreira Salata**, realizou-se a Nonagésima Sessão Ordinária, da Terceira Sessão Legislativa, Décima Sétima Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia. Feita a chamada e, verificado haver número regimental, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", dá por iniciados os trabalhos, convidando o Vereador Fernando Roberto da Silva para que proceda a leitura de um trecho do Santo Evangelho. Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda a leitura das Ementas dos Projetos constantes do expediente. **Projeto de Lei nº 5527/2019**, avulso nº 155/2019, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior, que institui no Calendário Oficial do Município da Estância Turística de Olímpia, a Semana de Limpeza e Preservação dos Rios e Córregos que cruzam o Município de Olímpia. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. **Projeto de Lei nº 5528/2019**, avulso nº 160/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação e à Ordem do Dia. **Projeto de Lei nº 5529/2019**, avulso nº 161/2019, de autoria do Vereador Antônio Delomodarme, que dispõe sobre a alteração da Lei nº 4.076, de 03 de fevereiro de 2016, que institui o Código de Posturas do Município de Olímpia

e dá outras providências. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. **Projeto de Decreto Legislativo nº 517/2019**, avulso nº 159/2019, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos, que dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Honorário de Olímpia, ao Ilustríssimo Senhor Lucas dos Santos Nascimento. O Projeto é encaminhado à Comissão de Justiça e Redação. Dando sequência aos trabalhos, são lidos pelo Senhor Primeiro Secretário, aprovados pelo Plenário, ou deferidos pela Presidência, conforme o caso, os seguintes **requerimentos: 705, 706, 707, 708 e 709/2019**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. **711, 712, 713, 714, 716, 717, 718 e 719/2019**, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos. **720 e 721/2019**, de autoria do Vereador Fernando Roberto da Silva. **722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731 e 732/2019**, de autoria do Vereador Luiz Antônio Moreira Salata. Esgotados os Requerimentos, passa-se a leitura do resumo das Indicações. Nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 122, de 16/02/93, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que proceda à leitura do Resumo das **Indicações** apresentadas salientando que as mesmas seriam encaminhadas aos setores competentes, para as providências cabíveis, pois já haviam sido deferidas pela Presidência: **717, 718, 719 e 720/2019**, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos. **721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734 e 735/2019**, de autoria do Vereador Antônio Delomodarme. A seguir, esgotadas as matérias constantes do Expediente, passa-se, a seguir, aos **minutos regimentais** a que têm direito os Senhores Edis para fazer uso da palavra. Assume a presidência o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho. Usa da palavra os Vereadores: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 19:21) "Na Sessão passada comentei sobre a exploração dos serviços Funerários. Vamos juntos levantar essa bandeira. Vamos nos reunir com o proprietário para mostrar os preços cobrados na região. Aqui o preço está um absurdo. Não pode acontecer isso na nossa cidade. Tenho ótima notícia para os funcionários públicos, conversei com o Prefeito, dia vinte de dezembro será pago bônus no valor de duzentos e vinte reais para passar o Natal. Aquela bonificação que beneficia só o amigo do

Secretário. Isso vai mudar o jeito de ser. Será mandado para esta Câmara Municipal um montante que será dividido e distribuído de uma vez só entre todos os funcionários. Pode ter certeza que esses 2% de avaliação não vai mais acontecer. Um abraço!" Reassume a presidência o Vereador Antônio Delomodarme. **Fernando Roberto da Silva:** (sem revisão do orador: 19:26) "Senhor Presidente. Nobres Pares. (Saudações). Dia 12 de outubro é o Dia da Criança. Nós estivemos no Distrito de Ribeiro dos Santos acompanhando o trabalho dos Anjos da Solidariedade que promovem todos os anos essa Festa. Parabenizo a Prefeitura Municipal de Olímpia pela Festa do Dia da Criança realizada na Avenida dos Olimpenses com Grupo de Danças e presença da SBT. Academia Ginshin Artes Marciais representou Olímpia no Campeonato Brasileiro de Karatê, em Uberlândia MG. Conquistando duas medalhas. Ouro e uma de Bronze na categoria Máster. Parabenizo a Isabelly Carvalho Machado e Vanessa Ramalho Minari. Campeãs Brasileiras. São treinadas pelo Sensei Angel Jomar participou na sua categoria classificando em terceiro lugar. Parabéns! Na área da Educação a UNIVESP tem mais de 250 alunos na Faculdade Pública Estadual gratuita. São vários Cursos. Pelo excelente trabalho em Olímpia serão abertas mais quarenta vagas. Eu estou muito feliz por atuar nessa área da Educação." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 19:30) "Senhor Presidente. Saudações. Na Quinta das Aroeiras tem três áreas onde precisa implantar Praça Pública. O Poder Público ainda não teve olhos para aquele bairro. O Mesmo ocorre com o Jardim Leonor, ao Lado da Escola Maurício Pereira, há terreno ali destinado para essa finalidade também, mas constatamos o que há é até criação de animais cavalo. Fizemos Requerimento de Aplauso a Secretaria da Educação pela participação 16º Unidade de Educação Infantil. Também, parabenizamos a criação do CAPS Centro de Atenção Psicossocial. A comemoração no mês de setembro "SETEMBRO AMARELO" oferece essa disponibilidade aos usuários e pessoas que vivem em depressão e automutilação e outras consequências psíquicas. Essas pessoas estão sendo bem atendidas. CAPS que foi uma criação desta gestão. A Lei 138 é aquela que o Niquinha falou que é a lei da meritocracia. Ela juntamente com a Lei Nº 214. Nós estamos

trabalhando juntos com os Vereadores que aderiram à causa. O Sindicato vai reunir para ver qual será a melhor forma da distribuição. O importante é a participação dos funcionários públicos. Juntos para aperfeiçoamento dessa lei de meritocracia fazendo uma modificação que vai ao encontro e agrado dos funcionários. Muito obrigado!” **Luiz Antônio Moreira Salata:** (sem revisão do orador: 19:34) “Senhor Presidente, (Saudações). Apresentei onze requerimentos. Dez versando sobre a expansão e a necessidade de implantação de rádio base. Olímpia entra em período de alta temporada. Nos finais de semanas recebemos número grande de turistas. O sistema de telefonia celular começa-se sobrecarregar. Periodicamente, tenho feito inúmeras matérias. Desta vez, reiterarei ao Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação DD. Coronel Marco Cesar Pontes, astronauta brasileiro, para que ele possa intervir junto as Operadoras VIVO; CLARO e Oi são as que estão numa situação mais precária. No sentido de fazer um estudo e colocar dentro do plano de investimento, ainda este ano, a instalação de rádio base. Ao Deputado Geninho, falei pessoalmente, aqui está já aprovado pelo Plenário o Ofício a VIVO, CLARO e Oi. Instalamos rádio base no Recinto do Folclore e no Estádio Thereza Breda. Cobre com sinal mais precário a região norte, Vale do Turismo. Se não houver investimento neste final de ano em Olímpia será um caos a telefonia celular. Enderecei ao Direto do CORREIO para que definitivamente autorize o Código de Endereçamento Postal por rua. Como é bom ter um Deputado Federal para que a gente possa resolver problemas dentro do Governo Federal. Acredito que vamos resolver essa questão de tecnologia no município. Evidentemente que, a prioridade é a Saúde. Viabilizamos próximo a setecentos mil reais, num ano e meio de governo. E mais agora com o Deputado Geninho mais quinhentos mil + quinhentos mil para pagamento do 13º Salário dos Servidores da Santa Casa. No início do ano, mais cem mil do Rodrigo Garcia. Essa cota o Deputado Geninho concedeu com muita honra a este Vereador, também aos Vereadores Gustavo Pimenta, Flávio Olmos e ao Luiz do Ovo. Fico honrado com essa descrição do Deputado Geninho. Por outra, Foi um sucesso a segunda semana de Adoção e Proteção ao Animal. A benção

dos Animais na Igreja N S Aparecida. A benção dos Animais e Feira de Adoção de cães e gatos realizada na Praça do Bairro Jardim São José, Praça da Paz Dom Pedro Fré, na Igreja Matriz de São José. Apresentação do Coral da ABECAO no dia seis. No dia dezenove estaremos juntamente com a Belucci Rações. Essa semana, fizemos as comemorações do dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil. Manifesto que para mim, principalmente, junto a Igreja Católica essa canonização da Irmã Dulce, primeira Santa brasileira, com exemplo da sua dedicação aos pobres. É um grande exemplo a ser seguido pelas obras sociais que ela deixou no Nordeste. No próximo sábado teremos Café da Manhã na BELUCCI RAÇÕES e PURINA, Depois consultas gratuitas com a primeira medicação. Uma Feira para adoção de filhotes de cães e gatos vermifugados. Agendamento de castrações econômicas. E a orientação da posse responsável. A Leishmaniose. E, as explicações para combater e para repressão aos atos de abandono e maus tratos aos animais. Então, agradecer a todos que participaram da Segunda Semana de Adoção e Proteção ao Animal. E, pedir ao Senhor Presidente, ao Primeiro-Secretário, eu vou deixar na Secretaria uma Artigo que preparei, logo no primeiro dia da Semana de Adoção de Proteção Animal. Que foi amplamente divulgado pela Imprensa. Solicitar, Senhor Presidente, que seja inserido, na íntegra, da Ata desta Sessão. Que o registro fique nos anais desta Casa. Porquanto, quero deixar um abraço a todos e agradecer pela atenção. Boa noite!"

Não havendo mais oradores nos três minutos regimentais, passa-se, ao tempo das **Lideranças**. Assume a presidência o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho. Usa da palavra os Vereadores:

Antônio Delomodarme: (sem revisão do orador: 19:44) "Senhor Presidente. (Saudações). Aos funcionários públicos dizer que hoje Prefeito confirmou a data vinte de dezembro para dar abono de duzentos reais. Indicação de minha autoria. Praça do bairro Harmonia. Meu amigo Airton dá esse presente de construir à Praça. O Padre Fernando pede terreno para construção da Igreja da Sagrada Família no bairro Harmonia. Eu liguei para a Diretora Cilene da Pacaembu que adiantou que pedido já está na Mesa do Concelho Deliberativo da Pacaembu. Há grande possibilidade de a Empresa

Pacaembu fazer a doação desse terreno para realizar o sonho dos moradores da Zona Leste a construção da Igreja Sagrada Família. Agradecer o pessoal da Pacaembu. A Cilene por atender pedido não só o meu, mas do Prefeito Municipal nessa luta para conseguir viabilizar essa grande obra da Religião Católica que espero seja concluída.” Reassume a presidência o Vereador Antônio Delomodarme. **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 19:47) “Senhor Presidente. Nobres Pares. (Saudações.). Depois de três anos de Governo massacrando, humilhando e falando mal dos Funcionários Públicos. Promete dar abono em dezembro. Duzentos e vinte reais. Não faço parte da base do Governo porque sou favor do correto. O que é correto? Hoje, esse projeto dos Comissionados que será votado, poderíamos aprovar, mas sem dar aumento para eles. Quem merece aumento são os funcionários efetivos. Hoje, se não der aumento aos Comissionados. Hoje a gente conseguiria dar para vocês aumento no cartão de quarenta reais de todos os funcionários. Daria nada mais, nada menos R\$ 480,00 reais ao ano. Agora, o Prefeito vem com migalhas no fim do ano prometendo duzentos e vinte reais para vocês. Humilhou, ele só humilhou! Tem Comissionado bom? Tem sim! Tem pessoas há doze treze anos e não vão ser mandados embora. O único salário que vai diminuir é da Secretária do Prefeito Municipal. E, se a gente parar para pensar. É a única que merecia ganhar mais. Olha! Aguentar um Prefeito desses, rapaz. Se colocar todos os Comissionados. Todos, inclusive, os Secretários. Hoje, o aumento seria 5,7%. Se colocar só os Assessores dá um aumento de 8,4%. Na Sessão passada disse que estava diminuindo um Assessor. Seria de sessenta e oito para sessenta e sete. Eu me enganei. Continuará sendo sessenta e oito. Se colocarmos todos os Comissionados. Para pra pensar?! Rapaz onde vai colocar tantos Assessores. Com tantas salas na Prefeitura vai faltar ainda. Talvez, por isso, ele é o rei do aluguel em Olímpia. Nunca se pagou tanto de aluguel. Nunca se pagou tanto de Comissionado em Olímpia. Será que é isso que o funcionário efetivo quer? Será que os funcionários efetivos não iriam dar valor no aumento de quarenta reais só para esse salário, quatrocentos e oitenta reais no ano? Acho que, isso sim seria um presente para os funcionários efetivos.

Entretanto, há outro projeto parado aqui nesta Casa. Que cada cargo comissionado; um tem que ser efetivo. Esse seria o presente legal para os efetivos; mas não, esse presente vocês não vão ter não. Óh! Treze comissionados vão ganhar 45% de aumento. Quinze vão ganhar 36% de aumento. É um abuso?! Uma família está lá trabalhando comissionados vão ter aumento de dois mil e trezentos reais. O da mulher vai aumentar e o do marido também. Aqui nesta cidade ficou bom. Sair candidato a vereador. Caso você não ganhar, ganha um cargo de Comissão. Apoie o Prefeito e você vai ter um emprego garantido. Que bacana isso; né! Vão ganhar igual à gente ganha aqui, mas a cobrança é em cima da gente. Quando eles fazem uma caca quem leva a fama é o efetivo, não é o comissionado. Tem comissionados bons? Tem sim, estão lá há mais de três administrações. O salário do Gersilei não vai reduzir não pessoal. Eu fico indignado, mas não tenho medo de falar porque fui eleito para isso. É isso aí pessoal. Contem comigo. Boa noite!" **Luiz**

Gustavo Pimenta: (sem revisão do orador: 19:52) "Saudações. Nobres Pares: Parabenizo nosso amigo que levantou a questão no Dia da Criança. No seu manifesto pede Escola melhor para atender as crianças. Não pode ser só pão e circo. Tem que olhar as estruturas que as Escolas oferecem. Parabenizo os organizadores das festividades de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Cumprimentar os brasileiros que foram a Roma acompanhar ato solene pela Igreja (o Papa) de Canonização da Irmã Dulce primeira Santa Brasileira. Para encerrar, Nos projetos, os quais serão debatidos, tenho posição tranquila, respeitando votos de todos aqui porque é assim que tem que ser. Parabenizar os Professores. Amanhã é Dia dos Professores. Eu sou de família de professores. Carrego comigo a frase:- "Professor não é obrigado educar; é obrigado alfabetizar. A educação vem de dentro de casa. Vem da família.". Infelizmente, a profissão no Brasil não é tão valorizada. Sem a Educação, uma nação não muda. As nações prosperam através da Educação. Infelizmente, passa governo, passa gestor e não tem esse olhar. Parabéns Professores! Não esquecendo que no ano que vem é ano de eleição, então, promete muito aqui. Agradeço a todos. Muito obrigado pela atenção!" **João Batista Dias Magalhães:** (sem revisão

do orador: 19:56) "Senhor Presidente. Nesta noite todos já nesta Casa já cumprimentaram a aniversariante Daniela. Publicamente, quero externar meus cumprimentos, embora, já confraternizado de uma forma amigável, pois, tenho nela uma parceira, amiga e filha. Realmente, ela-me auxilia muito no dia-a-dia dos nossos trabalhos Legislativos. Naquilo que, na condição de Vereador, queremos fazer de melhor. Senhor. Presidente. Quero cumprimentar a Comunidade Católica, através do Papa Francisco, foi dirigida a Comunidade baiana, mas esse reflexo atinge a todos brasileiros. A Canonização da primeira Santa Brasileira Irmã Dulce dos pobres. Certamente, onde ela está vai velar por toda a comunidade brasileira. Por outra, Dizer ao Niquinha que também em relação à Comunidade Santo Expedito e São Judas Tadeu estamos trabalhando em auxílio àquelas Comunidades. Através de trabalho que desenvolvemos foi realizada a primeira Missa Campal na Quinta das Colinas. Estamos trabalhando para atender a Zona Leste importante e significativa no desenvolvimento social de Olímpia. Cumprimento toda a Classe de Professores do município de Olímpia. Maristela, Secretária de Educação do Município, nessa mensagem, possa ela elevar até a Classe dos Professores em Olímpia o nosso carinho e gratidão. Aqui, eu pude homenagear a minha primeira Professora. Prestar homenagens À querida Professora Rosinha Vietti. Professores têm dose intensa para desenvolver e direcionar seus conhecimentos na formação do cidadão. Eu sei que na família do Salata têm grandes Professores, em memória, sua saudosa mãe. A sua irmã Professora Maria Alice leve meu abraço. Registro nossos cumprimentos aos Mestres. Recebam de nós carinho e gratidão por tudo que fizeram pela sociedade olimpiense. Muito obrigado, Senhor Presidente." A seguir, esgotados os Oradores dos três minutos regimentais às Lideranças tem início a **ORDEM DO DIA**. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 85/2019**, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei nº 5517/2019**, avulso nº 136/2019, de autoria do Executivo, que estimula a Receita e fixa a Despesa do Município de Olímpia para o Exercício de 2020. A seguir, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer nº 87/2019**, de autoria

da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao referido **Projeto de Lei nº 5517/2019**. Com os Pareceres favoráveis, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Usa da palavra o Vereador: **Flávio Augusto Olmos**: (sem revisão do orador: 20:19) "Quarta-feira às 19 h realizará Audiência Pública. Fica o convite aos Funcionários Públicos. Inclusive há oportunidade de colocar Emenda. É um abuso em um ano haver quase cinquenta por cento de aumento nos salários dos Comissionados. Conto com o Vereador Salata para pedir congelamento de salário dos comissionados porque é um absurdo. Na quarta-feira conto com a presença de vocês. Conto com o apoio do Nobre Vereador Salata vamos tentar fazer Emenda para coibir esse absurdo que está tendo em Olímpia." Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em plenário. A seguir, o Senhor Presidente informa o Plenário que, nos termos regimentais, o Projeto de Lei nº 5517/2019, retorna para a Comissão de Finanças e Orçamento para o recebimento de Emendas por 05 (cinco) dias a contar do dia 15 (quinze) de outubro de dois mil e dezenove. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 733/2019**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 5528/2019**, Avulso nº 160/2019, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 5528/2019, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa; e de Educação, Esporte e Cultura. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é

colocado em **segunda discussão**. Não havendo oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 205, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, nos termos do artigo 268, do mesmo diploma legal, **declara** o Projeto de Lei nº 5528/2019 **aprovado** em **Redação Final**. Continuando os trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Ação Social e Econômica; Urbanismo, Obras, Viação e Transportes; Legislação Participativa e de Educação, Esporte e Cultura, entra em discussão de segundo turno, o Projeto de **Lei Complementar nº 279/2019**, Avulso nº 153/2019, de autoria do Executivo, que altera os anexos I e II, da Lei Complementar nº 211, de 15 de agosto de 2018, que dispõe sobre os cargos em comissão da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia e dá outras providências. Com a palavra, o Senhor Presidente informa, que nos termos do Parágrafo II, Inciso IX, do Artigo 47, da Lei Orgânica do Município e Artigo 184 do Regimento Interno, o Projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, ou seja, seis (06) votos dos Edis presentes. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente informa que o referido Projeto foi aprovado em primeira discussão e votação de primeiro turno na Sessão Ordinária do dia sete de outubro de dois mil e dezenove. Usam da palavra os Vereadores: **Flávio Augusto Olmos**: (sem revisão do orador: 20:27) "Senhor Presidente. Este é o Projeto dos cargos comissionados. Na justificativa do Senhor Prefeito Municipal consta:- O Tribunal de Justiça de São Paulo os cargos em Comissão julgou inconstitucional. No entanto, o pessoal vai continuar trabalhando e vão dar aumento de salário. Assessor um a partir de amanhã passará a receber R\$ 3.455, 58. Assessor dois passará para R\$ 4.681,13. Assessor é cargo político. Dá aumento de 36% e 45% para outro. Respeito os votos dos demais Vereadores, mas essa é a minha opinião. O Prefeito humilhou com duzentos reais. Cargo comissionado tem que ter. Eu acho que não vai acabar. O Prefeito precisa realmente, mas são oitenta. Gastou

quatro milhões e meio no ano passado. Está dando tapa na cara do Tribunal de Justiça dizendo que quem manda aqui é nós. Se não aprovarmos esse projeto a gente economiza R\$ 700.000,00 setecentos mil reais no ano. Conseguiria colocar quarenta reais por mês para vocês. Agora o Prefeito quer dar um agrado de duzentos. Tá de brincadeira. Na eleição de 2016 o pessoal achou que elegeram o supergestor, milionário, sem rabo preso e Olímpia iria decolar. A gente vê que elegeu uma pessoa que é da velha política. E pelo contrário está fazendo só para si próprio. Não é para o bem comum. Fica minha indignação aqui. É um afronto ao Tribunal de Justiça. Então, voto contrário a esse projeto. Não sou contra os comissionados. Tem lá há dez ou doze anos aqueles que merecem ser respeitados, mas tem trinta e seis que eles ficam no facebook dando parabéns ao Prefeito dizem estar tudo bonito. Este é o pior gestor que Olímpia já teve. Eu encerro por aqui, Senhor Presidente.” Com a palavra o Senhor Presidente: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 20:33) “Eu jamais faço demagogia. O Nobre Vereador faz discurso de candidato a prefeito. São 1700 funcionários que vão receber R\$ 220,00. Poucos foram os Prefeitos que fizeram isso ai. Nesta Câmara, na época que o Gustavo Pimenta foi Presidente também houve reajuste. Nesta Câmara o funcionário do Vereador Flávio Olmos teve reajuste de 50%. Que é o que o Prefeito está fazendo. Isso já foi feito aqui na Câmara. Quando foi dado o reajuste de 50% para o funcionário do Flávio Olmos, ele ficou quietinho. E, ninguém questionou, inclusive, eu e o Flávio, votamos favoráveis, mas o Flávio ficou quietinho. Não se faz política com demagogia, mas buscando benefícios e recursos para os funcionários. Chegar ao Prefeito e exigir porque isso é fazer política. Não fazer com demagogia em cima dos funcionários públicos. Aqui nesta Câmara o Vereador Flávio aprovou 50% de reajuste para o funcionário dele. Com demagogia fica complicado tá!” **João Batista Dias Magalhães:** (sem revisão do orador: 20:37) “Senhor Presidente. Nobres Pares. Nós precisamos trabalhar de uma forma mais coerente daquilo que a gente aprova aqui. A Câmara Municipal esteve diante de situação idêntica que o Senhor Prefeito nos apresenta e que está sendo discutida nesta noite. Houve decisão da Justiça em relação à Câmara

Municipal. Precisamos adequar algumas funções. Especialmente aos Assessores dos Senhores Vereadores. Inclusive, Assessores foram ouvidos na Justiça. Aqui cada Vereador tem seu Assessor. Votou favorável ao aumento de 50%. (cinquenta por cento). Não adianta ser hipócrita em relação a nós mesmos. Nós fizemos isso. A Casa de Lei tem poder de legislar e fazer as leis. O Nobre Vereador que nos antecedeu disse que estamos afrontando a Justiça. Não é isso. Quando nós votamos o projeto da Câmara, também afrontamos a Justiça. E não foi isso o que aconteceu até agora porque o projeto que votamos por recomendação da Justiça até agora está em vigência. Quando o Presidente falou do aumento de cinquenta por cento. O Vereador que nos antecedeu acenou com a cabeça dando sinal que sim. Acredito que, Vossa Excelência recebe 100% dos seus proventos aqui nesta Casa. Todos nós acreditamos nisso. Então, precisamos é deparar com a situação que o Prefeito nos apresenta. Tem processo na Justiça. Ainda está subjugo de apreciação do Judiciário. Aqui, nada está fazendo passando sobre a Justiça. A decisão, para quem conhece o trâmite e o processo Judicial, está lá. Estava em discussão por provocação da Promotora de Justiça os cargos de Assessor um; dois; três e quatro. As funções de todos os funcionários, com alguma exceção de um ou outro, são quase as mesmas, mas o que o Tribunal apreciou é que o Assessor três e quatro estariam numa situação diferenciada perante a organização funcional do município de Olímpia. Recomendou que, esses cargos, presaria sofrer uma mudança perante a Administração Pública do Município de Olímpia. O Prefeito Municipal apresenta a esta Casa de Leis um projeto com essa propositura para que os cargos três e quatro sejam remanejados para um e dois. Essa situação do Judiciário em conflito com a Administração Pública vem desde a época do Prefeito Carneiro. Também, aconteceu já a duas, ou três vezes, na Administração do ex-prefeito Geninho. Judiciário tem uma participação bastante contestante em relação às coisas públicas do município. A situação dos Assessores:- 1; 2; 3 e 4 tem decisão na Justiça diferente dessa da Promotora de Justiça de Olímpia. Quem tem conhecimento judiciário pode buscar na Prefeitura do Municipal de Tatuí. Tem uma condição assemelhada em Tatuí. Tem um mesmo

quadro funcional setor 1; 2; 3; e 4, praticamente, com as mesmas atribuições e nomenclaturas. Iguais as do município de Olímpia. Em Tatuí a Justiça acatou e decidiu que é legal. Esse processo de Tatuí passou por todos os Tribunais e chegou ao Supremo Tribunal Federal onde lá tem Jurisprudência Consolidada. Olímpia estará trilhando esse caminho para buscar a igualdade para Assessores três e quatro. Olímpia tem estrutura que precisa dessas funções. Nunca critiquei funções deste ou daquele servidor. Nunca fiz isso na minha vida. Eu acho até que é um desrespeito. Eu poderia citar aqui comissionados de parente de Vereador. O Projeto visa corrigir algumas distorções. Permitirá as pessoas que exercendo essas funções estarão dando a necessária manutenção na Administração Pública. Entendo que, o projeto é oportuno e necessário para que continuemos tendo uma Administração Pública justa, correta e honesta aqui no município de Olímpia.” **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 20:51) “Senhor Presidente. Aqui estamos discutindo duas situações. Regulamentação de cargos comissionados. Nós estamos discutindo os salários desses cargos Comissionados. Está tendo uma confusão. Eu não sei quem passou essas informações. Não sei que assessorou alguns colegas aqui, mas foi assessorado de uma forma errada. Quem participou da Sessão passada, sabe do que eu falei; e, vai entender o que eu estou falando. Vem um projeto a esta Casa de Lei com a seguinte justificativa: Considerando a Ação Direta de Inconstitucionalidade N° 2. 117. 35. 2019. Proferida por um Órgão Especial de Justiça do Estado de São Paulo que julgou inconstitucional os cargos de Diretor Estratégico, Assessor de Gabinete 3 e 4, Assessor Jurídico e Secretaria de Gabinete. Esses cargos foram considerados inconstitucionais. Por quê? Porque as funções que eles exerciam eram funções técnica. As funções técnicas têm que ser preenchidas por concursados. Não sei quem fez a defesa da Prefeitura, mas estou tomando por base o que aconteceu na Câmara Municipal no ano passado. O que o Prefeito fez? Simplesmente ele adequou os cargos de Assessor 3 e Assessor 4. São casos de nomenclatura. Agora, cargos de Assessores, nós temos em todo lugar. Nesta Casa, e tem que ter na Prefeitura também. A quantidade e os salários já é outra função. Então, primeiro ponto aqui, nós estamos

regularizando a função de Assessor 1 e 2. A condição de trabalho; se eles vão cumprir o horário; se eles vão trabalhar; se eles vão ganhar e quanto. Isso cabe a nós fiscalizar, denunciar e abrir o processo. Então, nós temos que pautar. Outra situação, eu vou encurtar aqui para entender, existe Emenda em relação aos salários desses servidores. Agora, não tem como votar Emenda, se não existe projeto. Primeiro tem que se votar esse projeto, possa ser discutido, após seja discutidas e votadas as Emendas apresentadas pelo Vereador Flávio e pelo Vereador Hélio. Se não votar e rejeitar o projeto, não se discute as Emendas. Nas Emendas sim é que estaremos discutindo os salários. Vejo aqui que antecipou uma briga, digo, antecipou uma discussão. Vamos discutir a legalidade que preenche agora as funções desses Assessores. Depois vamos discutir salário. Semana passada, isso foi bem explicado. Eu não sei o motivo que criou todo esse tumulto. Vamos com calma. Essa é minha função esse é meu parecer técnico. Semana passada eu fui favor ao projeto dessa mesma forma. Eu não vejo problema em votar em cargo Comissionado. Agora, em relação ao número e salário, sim! E vocês tem que ter esse mesmo empenho quando formos discutir os salários dos efetivos também. Não é prejudicando o Comissionado que vai valorizar o efetivo. Efetivo tem que ser valorizado tal qual o Comissionado que está acontecendo nesta Administração. Vamos valorizar o funcionário efetivo. Vamos legalizar essa questão de Comissionados que precisa ter na Prefeitura, como aqui nesta Casa tem. Depois discutir se é muito ou pouco. Se trabalhar ou não. No ano passado encontramos essa mesma situação. O Comissionado foi valorizado, mas o efetivo também foi valorizado na Câmara Municipal. Concomitantemente apresentamos o salário dos comissionados e dos efetivos. Pelo Sindicato não sei o índice que eles estão reivindicando. Infelizmente, nesse momento deparamos com essa situação. É sim uma decisão Judicial que extinguiu esses cargos. O Prefeito está tentando não dispensar esses comissionados, mas adequar de uma forma legal. Eram essas as considerações, Senhor Presidente.” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 20:57) “Senhor Presidente. Com todo respeito ao Nobre Vereador Pimenta quando diz primeiro votar o cargo depois

salário. Está equivocado. Primeiro vota o aumento. Depois, vota Emenda para não dar o aumento. Vocês acham que a Emenda vai ser aprovada?! Esqueça. Ao Nobre Vereador João Magalhães fala que tem parente. Sabe por que o Prefeito não mandou embora ainda? Porque não achou uma pessoa competente. Essa pessoa está aqui. A Rita, mãe do meu sobrinho Luiz Felipe, trabalha há doze anos no Banco do Povo. Quando eu fui ao Gabinete do Prefeito ele me disse: Ou você para de falar mal de mim ou a mando embora. Eu não tenho medo de falar isso não. Eu cheguei e disse a ela. Ele vai mandar você embora, mas ele não mandou não. Sabe por quê? Porque ela é competente. Já está há doze anos a frente do Banco do Povo. O Nobre Vereador quer falar que eu sou parente. Amanhã, se quiser pode mandar embora. Ela é competente no que faz. Na Prefeitura tem outros estão lá há mais de doze anos porque são competentes. O Prefeito não conseguiu mandar ela embora, nem vai mandar por não ter ninguém competente para por no lugar. Ela é competente e o Prefeito aumentou o salário dela. Discordo do Vereador Pimenta. Se aprovarmos esse projeto vamos gastar dinheiro já. Depois, votar Emenda para decidir se aumenta ou não, mas já está dado, será voto vencido. Aumento já está dado. Por enquanto, Senhor Presidente é só." Com a palavra o Senhor Presidente: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 21:02) "Ele disse que o convidei para ser meu vice candidato a Prefeito. Estávamos tomando café. Ele disse: Niquinha, você me aceita de vice?" **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:02) "Senhor Presidente. Não voto contrário ao projeto porque é claro a necessidade de Assessoria. O Vereador Pimenta disse do problema Jurídico que esta Casa viveu quando fizemos a adequação dos cargos, inclusive dos nossos assessores legislativos com mudança de nomenclatura para Assessor de Vereador e tivemos que excluir esse nome. Ocorre que, Ação Direta de Inconstitucionalidade proferida por órgão especial Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou inconstitucional os cargos de Diretor Estratégico que tinha funções aqui no município. Assessor de Gabinete 3 e 4. Assistente Jurídico, dois cargos, Secretário de Gabinete do Prefeito. No geral trinta e seis cargos que no escalonamento dos cargos nós vemos que foram excluídos. A

nomenclatura no Anexo I foi excluída. Não existem Assessor três e quatro. Não existem mais Secretárias. Esse pessoal perdeu o vínculo com o município porque é inconstitucional. Aconteceu que o Senhor Prefeito trouxe esses trinta e seis para dentro desse quadro Anexo 1 (um) com os valores dos salários diferente daqueles que eles perderam. Tenho dito que não sou contra cargo comissionado, sou contra o aumento. Deveria trazer para o Anexo um? Sim, mas sem alteração no salário. Na realidade, ação de Vereador é limitada. Em havendo o impacto financeiro tem a barreira da incompetência em tudo que tentar aprimorar na lei. Direta ou indiretamente, se mexer com a Administração Pública existe barreira. Ao que parece, as Emendas de minha autoria são conflitantes. Na realidade, o que eu quero é que esse projeto passe em segunda discussão e votação. Depois tentar que haja equilíbrio, ou seja, não ter aumento. Conforme expressei na última Sessão. Senhor Presidente, muito obrigado!" Com a palavra o Senhor Presidente:

Antônio Delomodarme: (sem revisão do orador: 21:07) "Só para esclarecer esses cargos nesse caso alguns aumenta e outros diminuem tem impacto de dezenove mil reais por mês. O que acho injusto é o caso de avaliação de seis por cento que dá somente para amigo do Secretário ter esse impacto financeiro de trinta e quatro mil reais por mês. Cargo de Comissionado que são chefe de família e filhos para tratar ter impacto financeiro de dezenove mil reais. Os duzentos reais a serem pagos em dezembro vão alcançar quatrocentos mil reais. Haverá um novo projeto para essa questão dos seis por cento para o amigo do Secretária vai acabar. Será um montante que distribuídos para todos. Dezenove mil reais para ser distribuídos entre os Comissionados não é um absurdo. Se pegar os valores dos efetivos e comissionados juntarem para tudo ser distribuídos a todos dá a cada um R\$ 23, 00 (vinte três reais). Então, o que está pagando aos Comissionados não é nenhum absurdo."

João Batista Dias Magalhães: (sem revisão do orador: 21:10) "Sr. Presidente. Depois de três anos de mandato é muito fácil falar, ideal seria falar no começo de mandato. Quando Prefeito Fernando Cunha assumiu o mandato já com esses cargos de comissionados que veio do Governo e lei aprovada no governo anterior com noventa e dois cargos que

o Prefeito Fernando Cunha reduziu para setenta e três. Eram treze cargos de Secretárias. Fernando Cunha reduziu para dez cargos que representou no período de um ano economia de um milhão e trezentos reais. Funcionários que estavam trabalhando há dez anos e continuam por serem essas funções estratégicas e necessárias na Administração. Em tratando de ser função estratégica não importa que seja cargo de comissão. O que importa é ter o serviço público à disposição da população. Não citei nomes, os nomes foram citados, mas ninguém questiona por serem nomes de pessoas que trabalham. Assim, como foi feita nesta Casa de Leis a mesma coisa. Então por que não pode ser feitas para eles?! Temos ciência, vamos ver valorização dos funcionários de uma forma específica. O Prefeito já sinalizou existir outra possibilidade. Apontou a Vossa Excelência esses caminhos e rumos. Nós Vereadores precisamos Legislar. Às vezes, a memória é muita curta, torna-se muito fácil falar do passado, falar que tem gente velha. Às pessoas passam, políticos que só discutem sobre oportunismo para fazer política de ocasião, não tem passado, não tem futuro muito promissor a favor da população.” Com a palavra o Senhor Presidente: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 21:17) “Deixar claro aos Nobres Funcionários. No tempo do Carneiro fui Presidente da Associação. Minha batalha em prol dos funcionários era demais. Nada tenho contra funcionário porque sou funcionário público aposentado, minha esposa é, eu fui vigia da Prefeitura no Ginásio de Esportes. O que mais quero na vida é ver funcionários sorridentes pelo salário digno. Esse negócio que é um absurdo que vai aumentar porque não é não gente. Amanhã no faceboock vou provar para vocês que é menos que o funcionário daquela avaliação dos seis por cento. Na Prefeitura eu vou à busca de benefício para os funcionários. Hoje, o Prefeito mandou declarar que são duzentos e vinte reais. O Vereador Flávio diz que é pouco. Eu quero duzentos e vinte reais porque posso comprar uma carninha e peruzinho para a família. Tudo que vier para os funcionários seja bem vindo.” Não havendo mais oradores, o Projeto de Lei Complementar nº 279/2019 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 07 (sete) votos favoráveis e 02 (dois) votos

contrários dos Edis presentes no plenário. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos e Luiz Antônio Moreira Salata. Com a palavra o Senhor Presidente informa ao Plenário que a Mesa recebeu as **Emendas números 41 e 42/2019**, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos, e **Emenda número 43/2019**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior, e que cópias das referidas Emendas já se encontram nas pastas dos Senhores Vereadores. O Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que faça a leitura da **Emenda n° 41/2019**, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos. A seguir, é lido pelo Primeiro Secretário o **Parecer n° 88/2019** de autoria da Comissão de Justiça e Redação quanto a Emenda. Com parecer contrário da maioria de seus membros, o referido Parecer é colocado em **discussão única**. Usam da palavra os Vereadores:

Flávio Augusto Olmos: (sem revisão do orador: 21:28) "Senhor Presidente. A Emenda é para gerar uma economia de 15, 96 por ano. Se transferidos aos efetivos daria aumento de R\$ 40,00 (quarenta reais) por mês no vale alimentação. O Parecer é contrário. A gente respeita o Parecer e dar aumento ao funcionário comissionado."

Luiz Gustavo Pimenta: (sem revisão do orador: 21:28) "Senhor Presidente. Sou a favor da Lei. Contrário ao aumento. Quero deixar bem claro." Não havendo mais oradores, o **Parecer n° 88/2019** entra em **votação única**, sendo regimentalmente **aprovado** por 05 (cinco) votos favoráveis e 04 (quatro) votos contrários dos Edis presentes. Votaram favoráveis os Vereadores Fernando Roberto da Silva, João Batista Dias Magalhães, José Elias Moraes, Luiz Antônio Ribeiro e Marco Antônio Parolim de Carvalho. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, Luiz Antônio Moreira Salata e Luiz Gustavo Pimenta. Com a palavra, o Senhor Presidente informa o Plenário que com a aprovação do Parecer n° 88/2019 a Emenda n° 41/2019 está **arquivada**. A seguir, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que faça a leitura da **Emenda n° 42/2019**, de autoria do Vereador Flávio Augusto Olmos. A seguir, é lido pelo Primeiro Secretário o **Parecer n° 89/2019** de autoria da Comissão de Justiça e Redação quanto a Emenda. Com parecer contrário da maioria de seus membros, o referido Parecer é colocado em **discussão única**. Usam da palavra os Vereadores: **Luiz Gustavo**

Pimenta: (sem revisão do orador: 21:28) "Senhor Presidente. Registro meu voto contrário a este Parecer." **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:28) "Senhor Presidente. Nesta Emenda 42/2019 de minha autoria. Quem estivesse no um continuava no um. Quem estar no dois continuava no dois. Quem está no 3 e no 4 iria para o dois. Dá uma economia de 6, 4% ao ano. São R\$ 303.000,00. (trezentos e três mil reais). Daria um aumento de R\$ 14.00 (Catorze Reais) no auxílio alimentação dos funcionários efetivos." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:29) "Senhor Presidente. Essa Emenda e a minha são autênticas. É só para esclarecer. Obrigado!" **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 21:29) "Nós não estamos discutindo as Emendas porque foram rejeitadas pela Comissão. Nós temos que derrubar o Parecer da Comissão para discutir a Emenda." Não havendo mais oradores, o **Parecer nº 89/2019** entra em **votação única**, sendo regimentalmente **aprovado** por 05 (cinco) votos favoráveis e 04 (quatro) votos contrários dos Edis presentes. Votaram favoráveis os Vereadores Fernando Roberto da Silva, João Batista Dias Magalhães, José Elias Moraes, Luiz Antônio Ribeiro e Marco Antônio Parolim de Carvalho. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, Luiz Antônio Moreira Salata e Luiz Gustavo Pimenta. Com a palavra, o Senhor Presidente informa o Plenário que com a aprovação do Parecer nº 89/2019 a Emenda nº 42/2019 está **arquivada**. A seguir, o Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que faça a leitura da **Emenda nº 43/2019**, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior. A seguir, é lido pelo Primeiro Secretário o **Parecer nº 90/2019** de autoria da Comissão de Justiça e Redação quanto a Emenda. Com parecer contrário da maioria de seus membros, o referido Parecer é colocado em **discussão única**. Usam da palavra os Vereadores: **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:31) "Senhor Presidente. Eu queria aproveitar para cumprimentar o Gaúcho. Ele está aqui. É aquele que está sentado ali. Quero pedir desculpa a ele. Hoje, o Presidente não pode colocar o projeto dele em votação. Senhor Presidente. Eu peço que coloque o projeto dele porque é um projeto que não vai interferir em nada no governo municipal. Pelo contrário, vai arrecadar. Vai pedir uma

arrecadação para a população. Quem quer contribuir vai pagar para depois fazer o repasse. Então, nobremente, peço ao Vereador para colocar esse projeto o quanto antes para ajudar àquela Associação dos meninos.” Com a palavra o Senhor Presidente: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 21:31) “Só informar ao Nobre Vereador Flávio Olmos que este Presidente não pode passar o carro diante do boi. Para está Presidência colocar projeto em deliberação é necessário antes o projeto passar pela Comissão de Justiça e Redação para dar Parecer. Por isso, esse projeto do Gaúcho ainda não foi deliberado. Na próxima Sessão, com certeza, o projeto já estará deliberado. Senhores Vereadores ninguém mais quer fazer uso da palavra?” **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 21:32) “Senhor Presidente. Quero declarar meu voto para a gente ir prosseguindo. Eu voto favorável a Emenda do Doutor Hélio. Tendo em vista que, eu entendo que preenche todos os requisitos básicos de constitucionalidade e legalidade. Pelo que, eu me manifesto favor a Emenda. Assim como eu manifestei nas duas Emendas apresentados pelo Senhor Vereador Flávio. Esse é o meu voto. O Parecer contrário já foi lido na primeira Emenda.” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:32) “Só para finalizar. Eu não iria mais falar nada para não ter mais desgaste, mas esses pareceres é igual quando contrata advogado, você mata uma pessoa e o advogado até sabe que você matou, mas ele tem que defender e falar que você não matou. É um excesso de estilo aqui entendeu, mas sempre tem um lado que a gente..., mas é isso aí. A gente fica um pouco triste.” Com a palavra o Senhor Presidente: **Antônio Delomodarme:** (sem revisão do orador: 21:33) “Então o Nobre Vereador tem que parar de fazer Emenda. Pelo menos não gasta papel.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:33) “É que essa Emenda é de minha autoria, conforme nós tínhamos falado na última Sessão, não éramos contra o projeto. Acho que, a maioria não é contra. O problema é que está impactando. Está criando acirramento até dos ânimos da plateia. Tudo é a questão do aumento. Mas esses cargos estão bem pontuados. Niquinha e Pimenta nós passamos por isso aqui nesta Câmara. É o seguinte:- Aqui eles perdem essa qualidade desses cargos e vão ser exonerados no dia vinte seis. Digo vinte sete.

São inerente ao trabalho, eles será indenizados, isso é normal porque é da Lei. Mas esse Anexo 1. A gente tentou puxar eles para dentro desse quadro mais reduzido. De uma forma que, não ganhasse esse Papai Noel, vamos assim dizer inesperado, eu acredito que nem foi o funcionalismo quem provocou isso. Niquinha não foi uma decisão, mas a gente queria que o patamar do salário ficasse o mesmo. Eu sou contra o Parecer Jurídico nesta Emenda. Flávio minha Emenda é idêntica a sua.” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:34) “É como eu falei. A gente tinha que ser contrário no começo da tramitação do projeto. Agora, deixou ir as Emendas, o aumento foi dado.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:35) “Eu sempre falo o seguinte. Se o projeto não passa em primeira discussão. Nem possibilidade de discutir Emenda você tem.” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:35) “Não! A exemplo da votação dos lotes. São vinte ou trinta Empresas. A gente reprovou o projeto. Depois voltou e a gente aprovou um projeto melhor. Então, a gente poderia ter reprovado esse projeto. Esperar que viesse de um modo melhor, mas, é assim mesmo. Eu entendo..., eu entendo.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:35) “Eu sou contra não deixar o projeto ser discutido. Agora, eu acho que vai ter o momento que as nossas Emendas vão ter que emplacar. A minha, ou a sua, vai ter que emplacar, vai ter que ter.” Não havendo mais oradores, o **Parecer n° 90/2019** entra em **votação única**, sendo regimentalmente **aprovado** por 05 (cinco) votos favoráveis e 04 (quatro) votos contrários dos Edis presentes. Votaram favoráveis os Vereadores Fernando Roberto da Silva, João Batista Dias Magalhães, José Elias Moraes, Luiz Antônio Ribeiro e Marco Antônio Parolim de Carvalho. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Hélio Lisse Júnior, Luiz Antônio Moreira Salata e Luiz Gustavo Pimenta. Com a palavra, o Senhor Presidente informa o Plenário que com a aprovação do Parecer n° 90/2019 a Emenda n° 43/2019 está **arquivada**. A seguir, nos termos do Artigo 205 do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto de Lei Complementar n° 279/2019 **aprovado** em **Redação Final**. Dando continuidade aos trabalhos, é lido pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Parecer n° 84/2019**, de autoria da

Comissão de Justiça e Redação, favorável à livre tramitação do **Projeto de Lei nº 5513/2019**, avulso nº 130/2019, de autoria do Vereador Hélio Lisse Júnior, que dispõe sobre a proibição do uso de placas oficiais do Município da Estância Turística de Olímpia em Veículos Particulares. Com o Parecer favorável, o referido projeto é colocado em **primeira discussão**. Usam da palavra os

Vereadores: **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 21:42)

“Senhor Presidente. Voto contrário porque é uma lei que preenche os requisitos de constitucionalidade, mas não da legalidade. Meu voto é contrário. Depois, manifesto no mérito da lei. Meu posicionamento é contrário ao Parecer por achar que essa lei é ilegal porque já vem tutelada pela Lei do Trânsito. Eu vou discutir o mérito. Essa Lei de Vossa Excelência Vereador Hélio. Proíbe a utilização de placas que usa em carro Oficial não pode em carro particular. É óbvio que é isso que está obstruindo a visão da placa do seu carro. Isso é regulamentado pelo Código de trânsito. Nós podemos comprar à ideia de Vossa Excelência a mesma coisa que na Estância Turística de Olímpia é proibido guiar veículo na contramão. É claro que é proibido andar na contramão. É claro que é proibido no meu carro eu colocar uma placa de Vereador com o símbolo da Prefeitura ou da Câmara. Amanhã, vai fazer lei que é proibido ultrapassar pela direita?! É claro que é proibido ultrapassar pela direita. Com todo respeito, a ideia pode ser boa, mas quem em sã consciência vai usar placa oficial em carro particular porque é claro que vai ser processado e apenado. Por uma placa no carro do Themas, da Associação, ou da OAB eu posso. O que não posso é por uma placa pública. Essa é minha posição. Já adiantei meu voto aqui.”

Hélio Lisse Júnior: (sem revisão do orador: 21:44) “Senhor Presidente. O Nobre Primeiro-Secretário desta Casa deve lembrar o que aconteceu com membro do Legislativo. Não querendo fazer comparativo, mas isso já foi objeto de prática. Alguém já usou placa oficial no veículo particular. Não vou citar nome. Existe Lei Federal, mas sabendo que tem lei municipal que vem corroborar com a lei Federal é diferente. No passado, teve quem colocou placa oficial e fez uma viagem para São Paulo. Só para refrescar a memória desse fato que foi amplamente divulgado

nos jornais. Ele se envolveu numa situação embaraçosa. O Promotor puxou e viu que o carro não era aquele correspondente e tudo mais. Objetivo da lei não é ser conflitante com a Lei Federal, mas para ser lei que determina no nosso âmbito também essa obrigatoriedade. Senão, amanhã, eu chego aqui e peço ao Niquinha emprestado uma placa porque eu não pago pedágio e não sei o quê. Chega aqui pega uma chapa, não pago pedágio e vou a São Paulo. Eu acredito que foi isso. Quando você tem uma lei. O que abunda não prejudica. Em termo de fiscalização nesse sentido. Que é buscando o princípio da moralidade. Que é o princípio Legislativo, Administração, Executivo e Judiciário. É princípio básico e elementar. Baseado nisso que a gente buscou essa legislação.” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:47) “Nobre Vereador, eu vou votar favorável ao projeto. Quais são as punições. Quem é que vai fiscalizar isso. Isso que eu queria entender. Quais são as punições? Quem vai fiscalizar isso? Ah! O processo Administrativo.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:47) “Sim! Eu acabei de dizer ao Senhor Vereador. O Senhor sabe a dificuldade que o Senhor tem como legislador. Se o Senhor aumenta uma palavra, ou cria uma obrigação, ou impõe ao Poder dele de fiscalizar. O Senhor vai gerar despesa porque vai ter que ter um fiscal. Incorrendo na prática é só você levantar a lei. Aqui, óh tem lei que regulamenta. Antes tem o processo Administrativo. Ou estão usando até hoje. Não! Foi só naquele episódio.” **Luiz Gustavo Pimenta:** (sem revisão do orador: 21:48) “Senhor Presidente. Nós vamos deparar aqui com projeto de lei que é proibido matar na Estância Turística de Olímpia. Se continuar assim, vamos ver aonde vão parar.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:49) “Não é assim; você sabe que não é. Claro que, quem pega uma placa, ele vai querer andar. O meu vizinho, ele pega uma placa e põe no carro. Vai querer andar. É óbvio que não pode. Está se fazendo uma lei que não pode. Qual é a punição do vizinho que usou?” **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:49) “Senhor Vereador. Só queria entender essa lei. Por exemplo, o seu vizinho colocou uma placa lá. É a Prefeitura quem vai abrir processo administrativo contra ele? Eu não entendi essa.” **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão

do orador: 21:49) "Eu vou ler a lei." **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:49) "Eu não queria votar contrário. Entendeu." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:49) "Senhor Vereador Flávio fique à vontade. Não é porque o projeto é meu. Está aqui Flávio. Dispõe sobre proibição do uso de placa de carros oficiais do município da Estância Turística de Olímpia em veículo particular. As placas oficiais são no mínimo diferente das placas normais. Tem um Decreto do CONTRAN que acabou oficializando e dando a dimensão da placa. Aquilo que está escrito na placa lá: - Placa:- Poder Legislativo. Placa Poder Executivo. Placa:- Poder Judiciário. É você usar uma placa dessa do Poder Executivo e Poder Legislativo e por no seu carro particular e sair passeando. É isso que eu estou falando aqui. Agora, o Vereador Pimenta vem com argumento que já existe Lei Federal. E daí? Nós estamos fazendo lei no âmbito municipal e você faz a Legislação." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:51) "Oh! Ele está rindo a toa. E daí! Há empecilho? Você prova e faz seu Parecer contra." **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:51) "Senhor Presidente. Eu só queria saber do vizinho do Pimenta?" **Flávio Augusto Olmos:** (sem revisão do orador: 21:51) "Senhor Vereador Pimenta. Como você falou do seu vizinho. Vamos imaginar que o seu vizinho pega e coloca uma placa dessa. A gente vai abrir um processo administrativo contra ele. Eu não consegui entender, Eu vou votar contra. Eu vejo que o projeto é muito bom, mas eu não consigo entender. Conversei com o Vereador Fernandinho. No sentido de pedir ao Vereador, autor desse projeto, retirar o projeto para estudar o projeto." **Hélio Lisse Júnior:** (sem revisão do orador: 21:52) "É por questão de incapacidade mesmo. Eu Acredito nisso. É questão de incapacidade mesmo. Eu acho que o projeto não está errado. O projeto ficou na Comissão de Justiça e Redação por muito tempo. Eu acho que é uma questão de compreensão mesmo. É de **QI** (Quociente de Inteligência.). É querer entender, mas é assim mesmo, a mesma mão que bate em Francisco bate em Chico. Fique tranquilo." **Luiz Antônio Moreira Salata:** (sem revisão do orador: 21:53) "Senhor Presidente. Rapidinho, eu sou e sempre fui quando ocupei aqui a Presidência, por duas vezes, incentivador da produção legislativa.

Com todo respeito ao Senhor Vereador Hélio Lisse Júnior. Acho que, para elaborar uma lei precisa ter motivação, essa preocupação dele sobre fato passado não é o requisito principal. Eu acho que esse projeto de lei não tem motivo para ser aprovado. Desculpe, mas vou votar contra. Nobre Vereador é a minha opinião.” Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por 06 (seis) votos favoráveis e 03 (três) votos contrários dos Edis presentes em plenário. Votaram contrário os Vereadores Flávio Augusto Olmos, Luiz Antônio Moreira Salata e Luiz Gustavo Pimenta. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, “Sob a Proteção de Deus”, declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Ordinária. Do que, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--